

EDITAL Nº 108/2019 - Faculdade de Ciências e Letras de Assis
(PROCESSO Nº 1223/2019)

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 162/2019-RUNESP de 04/12/2019, publicado em 05/12/2019, republicado em 06/12/2019, e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) **PROFESSOR SUBSTITUTO**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2020, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área de História, subárea de conhecimento História Antiga e Medieval, no conjunto de disciplinas “**História Medieval I, História Medieval II**”, junto ao Departamento de História, da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Assis.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.303,16, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br/>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, emitir o documento bancário e realizar o pagamento da taxa prevista no edital no período de **06 a 24/01/2020**.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior de Ciências Humanas ou áreas afins que tenham, no mínimo, título de Mestre em História ou áreas afins ou estejam frequentando regularmente Programa de Pós-graduação em História ou áreas afins, em nível Doutorado e, neste último caso, sejam

portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em envelope lacrado, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído ou via postal, até o último dia do prazo para inscrição, na Seção Técnica de Comunicações da Faculdade de Ciências e Letras de Assis:

Obs.: Em caso de apresentação pessoal ou por procurador regularmente constituído, a apresentação dos documentos deve ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, no período de **06 a 24/01/2020**.

4.1.1 formulário de inscrição devidamente **preenchido** (obtido no item 2.1) e **assinado**, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior em Ciências Humanas ou áreas afins, bem como de ser portador do título de Mestre em História ou áreas afins, ou que estejam frequentando regularmente Programa de Pós-graduação em História ou áreas afins, em nível Doutorado e, neste ultimo caso, sejam portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que

pretendem lecionar; ou, para fins de comprovação, cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de **R\$ 98,00**, por meio de depósito bancário na Conta Corrente da UNESP - Banco do Brasil - 001 - agência: 6570-6 - Conta Corrente: 130281-7 – UNESP - CNPJ: 48.031.918/0006-39.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 01 via, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. No caso de inscrição realizada por intermédio de procurador, além da documentação prevista nos itens 4.1.1 a 4.1.5, deverá ser apresentada procuração específica (dispensando o reconhecimento de firma em cartório), juntamente com as cópias simples dos documentos de identificação do candidato e de seu procurador.

4.3. A remessa da documentação em envelope lacrado, deverá ser dirigido para a Seção Técnica de Comunicações, no endereço: Av. Dom Antonio, 2.100, Parque Universitário, CEP: 19806-900, Assis/SP, sendo considerado a data da postagem.

O envelope deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas “História Medieval I, História Medieval II”

Edital nº 108/2019 - Faculdade de Ciências e Letras de Assis

Nome: _____

RG/Número de Inscrição: _____

Endereço: Av. Dom Antonio, 2.100, Parque Universitário, Assis/SP

CEP: 19806-900

4.4. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. O recebimento dos documentos comprobatórios será procedido pela Seção Técnica de Comunicações e, após verificação da autenticidade da documentação apresentada, serão encaminhados à Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia **09/01/2020**, a partir das 14:00 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico: **rh.assis@unesp.br**, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
- c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

- a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;
- b) se a impugnação apresentada não for acolhida;
- c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada na Seção Técnica de Comunicações dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

I - prova escrita, de caráter classificatório;

II - prova didática, de caráter classificatório;

III - análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

PROVA ESCRITA

A prova escrita versará sobre um único tema para todos os candidatos, sorteado da lista de pontos para a prova escrita, conforme Programa do Concurso. A prova terá a duração máxima de cinco horas, sendo uma hora destinada à consulta de material e organização de roteiro e as restantes destinadas à redação. Depois disso, o material bibliográfico será retirado, cabendo ao candidato, a partir de suas anotações, redigir a prova.

1. Conteúdo:
 - Apresentação e problematização 1,0
 - Desenvolvimento sequencial 2,0
 - Articulação do conteúdo com o tema 1,0
 - Exatidão e atualidade 2,0
 - Síntese analítica 1,0
2. Aspectos formais:
 - Consistência argumentativa (questionamentos, exemplificações, dados, informações etc) 1,0
 - Clareza e objetividade 1,0
 - Linguagem: adequação, com correção, coerência e coesa 1,0

PROVA DE TÍTULOS

A prova de títulos será avaliada considerando:

I – FORMAÇÃO E TITULAÇÃO	ATÉ 35 PONTOS
1. Cursos realizados:	
1.1. Graduação:	
- Bacharelado	1,0
- Licenciatura	1,5
1.2. Pós-Graduação	

- Especialização:	
- 180 horas – na área	1,5
- fora da área	0,5
- 360 horas – na área	2
- fora da área	0,5
- Mestrado:	
- fora da área	
- em andamento com créditos concluídos	0,5
- concluído (sem defesa)	0,5
- concluído (com defesa)	1,5
- na área	
- em andamento com créditos concluídos	0,5
- concluído (sem defesa)	0,5
- concluído (com defesa)	2,5
- Doutorado:	
- fora da área	
- em andamento com créditos concluídos	0,5
- concluído (sem defesa)	0,5
- concluído (com defesa)	3
- na área	
- em andamento com créditos concluídos	1
- concluído (sem defesa)	1,5
- concluído (com defesa)	5
- Livre-Docência:	
- fora da área	2
- na área	5,5
1.3. Cursos extracurriculares:	
- Cursos de extensão/atualização universitária	
- 30 horas	0,2
- 60 horas	0,4
- 90 horas	0,6
- 120 horas	0,8
- 150 horas	1
Para atribuir o valor total de cada atividade, considerar pelo menos dois cursos. No caso de uma atividade, considerar metade do valor.	
II – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	ATÉ 30 PONTOS
1. Experiência docente:	
- No magistério na Educação Básica	1,5
Considerar, no mínimo, seis meses de experiência.	
- No magistério superior:	
- Graduação	3,5
- Pós-Graduação:	
- Lato sensu	2,5
- Strictu sensu	4
- Cursos não curriculares	0,5
Considerar, no mínimo, seis meses de experiência.	
2. Palestras e conferências, comunicações em	

congressos e mesas-redondas:	
- palestras e conferências	2
Até 4 atividades considerar 0,5 por atividade	
- mesas-redondas	2
Até 4 atividades considerar 0,5 por atividade	
- comunicações	1
Até 5 atividades considerar 0,2 por atividade	
3. Atividades de orientação:	
- Graduação:	
- Iniciação científica – concluída	1
Até 5 atividades considerar 0,2 por atividade	
- em andamento	0,5
Até 2 atividades considerar 0,25 por atividade	
- outras	0,5
Até 2 atividades considerar 0,25 por atividade	
- Pós-Graduação:	
- Especialização – concluída	0,5
Até 2 atividades, considerar 0,25 por atividade	
- Mestrado – orientação concluída	1,5
Até 4 atividades considerar 0,3 por atividade	
- em andamento	0,5
Até 2 atividades, considerar 0,25 por atividade	
- Doutorado – orientações concluídas	2,0
Até 4 atividades considerar 0,5 por atividade	
- em andamento	1,5
Até 5 atividades considerar 0,3 por atividade	
4. Participação em bancas examinadoras:	
- Especialização	0,25
- Mestrado	0,75
- Doutorado	1,5
- Concursos públicos	0,75
- Qualificação	0,25
Para atribuir o valor total de cada atividade, considerar pelo menos duas bancas examinadoras. (No caso de uma atividade, considerar metade do valor).	
5. Participação na organização e coordenação de cursos, simpósios e seminários	0,75
Até 3 atividades considerar 0,25 por atividade	
6. Aprovação em concurso público	
Magistério da Educação Básica	0,25
Magistério Superior	0,5
Para atribuir o valor total de cada atividade, considerar pelo menos duas aprovações em Concursos Públicos. (No caso de uma aprovação considerar metade do valor)	
III – PRODUÇÃO CIENTÍFICA	30 PONTOS
1. Publicações	
- livros com Conselho Editorial	6

Até 2 publicações, atribuir 3 pontos por produção	
- capítulos, prefácios ou introduções de livros	3
Até 3 publicações, atribuir 1 ponto por produção.	
- artigos:	
- em periódicos científicos indexados (Qualis A)	5
Até 5 artigos, atribuir 1 ponto por artigo.	
- em periódicos científicos indexados (Qualis B e C)	2,5
Até 5 artigos, atribuir 0,5 por artigo.	
- em anais de evento	1,5
Até 5 artigos, atribuir 0,3 por artigo	
- resenhas	1,5
Até 5 resenhas, atribuir 0,3 por resenha	
- comunicações em Anais de Congressos	1,5
Até 5 comunicações, atribuir 0,3 por comunicação.	
- traduções	1
Até 5 traduções, atribuir 0,2 por tradução	
2. Produção informatizada:	
- publicações	2
Até 5 produções, atribuir 0,4 por publicação.	
- material didático	3
Até 5 produções, atribuir 0,6 por material didático	
3. Pesquisas já realizadas mas não publicadas	3
Até 5 pesquisa, atribuir 0,6 por pesquisa	
IV – OUTRAS ATIVIDADES	ATÉ 5 PONTOS
1. Participação como ouvinte em Congressos, Seminários, Encontros, Simpósios etc.	1,5
Até 5 participações, atribuir 0,3 por evento	
2. Filiação a associação científica	0,5
Até 2 filiações, atribuir 0,25 por filiação	
3. Bolsas de estudo, prêmios e distinções acadêmicas	2
Até 2 atividades, atribuir 1 ponto por atividade	
4. Atividades administrativas	
- membro de colegiados universitários	0,25
Até 5 representações, atribuir 0,05 por atividade	
- chefia ou direção	0,5
Até dois exercícios, atribuir 0,25 por atividade	
- comissões de assessoramento	0,25
Até 5 representações, atribuir 0,05 por atividade	

PROVA DIDÁTICA

A prova didática constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista organizada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso.

A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição dos candidatos no referido concurso.

A **prova didática** será avaliada considerando:

1. PLANO DE AULA:	15 PONTOS
- Adequação dos objetivos ao tema	5
- Dados essenciais do conteúdo	5
- Indicação dos procedimentos e recursos didáticos	0,5
- Indicação das referências bibliográficas atualizadas e padronizadas	1,5
- Linguagem adequada	3

2. DESENVOLVIMENTO DA AULA:	
2.1. CONTEÚDO	60 PONTOS
- Apresentação e problematização	12
- Desenvolvimento sequencial	12
- Articulação do conteúdo com o tema	12
- Exatidão e atualidade	12
- Síntese analítica	12

2.2. EXPOSIÇÃO	25 PONTOS
- Consistência argumentativa: explicitada por questionamentos, exemplificações, dados, informações	8
- Adequação do material didático a conteúdo	5
- clareza, objetividade e comunicabilidade	7
- Linguagem: adequação, correção e fluência	5

FÓRMULA PARA O CÁLCULO DA MÉDIA FINAL DOS CANDIDATOS:
(Prova Didática peso 2 – Prova Escrita peso 1 – Currículo Lattes peso 1)

A média final do candidato será gerada a partir do seguinte cálculo:

Média Final = [Média da Prova Escrita + (Média da Prova Didática x 2) + Média da Prova de Títulos]/4

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- melhor média na Prova Escrita;
- melhor média na Prova Didática;

- maior titulação acadêmica.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato, podendo ser feita pessoalmente ou por procuração.

11.4. Os recursos terão a forma escrita e deverão ser protocolados na Seção Técnica de Comunicações.

11.5. Aplicam-se as exigências documentais da cláusula 4.2, caso a interposição do recurso seja feita por procurador.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

13.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.8. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.9. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.10. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.14 Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

PROGRAMA

1. Antiguidade tardia ou “decadência” do mundo clássico - debate historiográfico
2. Os reinos romano-germânicos e a conversão ao cristianismo
3. O mundo carolíngio e o primeiro “Renascimento”: correctio e renovatio

4. A Igreja secular e regular na Alta Idade Média
5. Estrutura e dinâmicas da sociedade feudal nos séculos XI-XIII
6. A Igreja e instituições sociais nos séculos XI-XIII
7. As monarquias medievais: França e Inglaterra
8. A ordem feudal em crise
9. Império bizantino e sua civilização
10. A Baixa Idade Média para além do Ocidente latino: o Islão

BIBLIOGRAFIA

AMALVI, C. Idade Média . *In*: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (dir.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2002. v. 1. p. 537-551.

ANDERSON, P. **Passagens da antigüidade ao feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1982.

ANGOLD, M. **Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BANNIARD, M. **A Alta Idade Média ocidental**. Mem Martim: Europa-América, 1980.

BARK, W. C. **Origens da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BATISTA NETO, J. **História da baixa Idade Média: 1066-1453**. São Paulo: Ática, 1989.

BLOCH., M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1973.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Ingla-terra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

BOUSSARD, J. **La civilización carolíngia**. Madrid: Guadarrama, 1988.

BRÉHIER, L. **El mundo bizantino**. México: UTEHA, 1955.

BROWN, P. **O Fim do mundo clássico**. Lisboa: Verbo, 1972.

BROWN, P. **El primer milênio de La cristandade occidental**. Barcelona: Crítica, 1997.

BROWN, P. **The rise of Western Christendom: Triumph and diversity 200-1000**. London: Blackwell, 2013.

CÂNDIDO DA SILVA, M. **História Medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

- CAHEN, C. **El Islam: desde los origenes hasta el comienzo del império otomano.** Madrid: Siglo Veintiuno, 1972. v. 1
- CALMETTE, J. **Breve história do feudalismo.** Lisboa: Verbo, 1968.
- CARDINI, F. **Magia, brujeria y superstición en el occidente medieval.** Barcelona: Península, 1982.
- CAVALO, G. (ed.). **El hombre bizantino.** Madrid: Alianza, 1994.
- DERMENGHEN, E. **Maomé e a tradição islâmica.** Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- DHONDT, J. **La Alta Edad Media.** Madrid: Siglo XXI, 1971.
- DOEHAERD, R. **Occidente durante la alta Edad Media: economias y sociedades.** Barcelona: Labor, 1974.
- DUBY, G. **Senhores e camponeses.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo.** Lisboa, Estampa, 1994.
- FEBVRE, L. **A Europa: gênese de uma civilização.** Bauru: Edusc, 2004.
- FOURQUIN, G. **História econômica do ocidente medieval.** Lisboa: Edições 70, 1981.
- FRANCO JUNIOR, H. **A Idade média, nascimento do ocidente.** 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FRANCO JUNIOR, H.; ANDRADE FILHO, R. O. **O Império Bizantino.** São Paulo: Brasiliense, 1985. (Tudo é História, v. 107).
- GIORDANO, O. **Regiosidad popular en la alta edad media.** Madrid: Gredos, 1983.
- GROUSSET, R. **As Cruzadas.** São Paulo: Difel, 1965.
- GUENÉE, B. **L'Occident aux XIVe et XVe siècles: les etats.** Paris: PUF, 1971.
- GUERREAU, A. **O Feudalismo: um horizonte teórico.** Lisboa: Edições 70, s/d.
- HALPHEN, L. **Carlos Magno e o Império Carolingio.** Lisboa: Início, 1971.
- HEER, F. **O Mundo Medieval: a Europa de 1100 a 1350.** Lisboa: Ardália, 1988.

- HILTON, R. **Conflicto de clases y crises del feudalismo**. Barcelona: Crítica Editorial, 1988.
- HOLMES, G. **A Europa na idade média: 1320-1450**. Lisboa: Presença, 1984.
- HUIZINGA, J. **O declínio da idade média**. São Paulo: Verbo; EDUSP, 1978.
- KANTOROWICZ, E. H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medie-val**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LAUWERS, M. **O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval**. Campinas: Edunicamp, 2015.
- LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, 1983. 2 v.
- LEWIS. B. **Os Árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.
- LOPEZ. R. S. **O Nascimento da Europa**. Lisboa: Cosmos, 1965.
- LOT, F. **O fim do mundo antigo e o princípio da idade média**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- McKITTERICK, R. (ed.). **La Alta Edad Media: Europa, 400-1000**. Barcelona: Crítica Editorial, 2002.
- MANTRAN. R. **La expansión musulmana: siglos VII al XI**. Barcelona: Labor, 1973.
- MAZZARINO. S. **O Fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MENDONÇA. R. S. **O mundo carolíngio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MIQUEL. A. **O Islame e a sua civilização**. Lisboa: Cosmos, 1971.
- MONGELLI. L. M. (coord.). **Mudanças e rumos: o ocidente medieval (séculos XI-XIII)**. São Paulo: Íbis, 1997.
- PETIT-DUTAILLIS. C. **La Monarquia Feudal en Francia y en Inglaterra: siglos X a XIII**. México: UTEHA, 1961.
- PIRENNE, H. **Maomé e Cargos Magno**. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- POLY. J. P.; BOURNAZEL. E. **El Cambio feudal: siglos X al XII**. Barcelona: Labor, 1983.
- PREVITÉ-ORTON. C. W. **História da Idade Média**. Lisboa: Presença; Santos: Martins Fontes, 1975. 6 v.
- RICHÉ, P. **As Invasões bárbaras**. Lisboa: Europa-América, 1979.

RICHÉ, P. **Grandes invasões e impérios: séculos V a X.** Lisboa: Dom Quixote, 1980.

RUNCIMAN, S. **A civilização bizantina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHMITT, J.-C. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUTHERN, R. W. **A Igreja medieval.** Lisboa: Ulisseia, 1970.

STRAYER, J. R. **Les Orígenes médievales de l'état moderne.** Paris: Payot, 1979.

ULLMANN, W. **Historia del pensamiento político en la Edad Media.** Barcelona: Ariel, 1983.

ULLMANN, W. **Principios de gobierno y política en la Edad Media.** Madrid: Alianza Editorial, 1985.

VAUCHEZ, A. **A Espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII-XIII).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

WICKHAM, C. **Europa en la Edad Media: una nueva interpretación.** Barcelona: Planeta, 2017.

Publicado no DOE de 20/12/2019, pág. 361-363, Seção I.